Aula 5

O IMPÉRIO NAPOLEÔNICO

META

Apresentar o período napoleônico sob duas vertentes: interna - a política de centralização do Estado; externa – a luta pela conquista do continente europeu

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Analisar a chamada era napoleônica sob o foco das conquistas da Revolução;

Identificar a contribuição do governo bonapartista na construção do estado burguês;

Indicar bibliografia para estudos complementares.

Lenalda Andrade Santos

INTRODUÇÃO

“A Revolução Francesa havia se iniciado com uma ampla aliança dos mais diversos setores da sociedade contra o absolutismo monárquico. Uma vez derrubado o Antigo Regime, as várias facções, antes unidas, passaram a disputar o poder. O golpe do 9Termidor de 1794 colocou a alta burguesia no comando da revolução. Mas as pressões internas, aliadas a ameaças externas, acabaram levando a um governo mais forte, centralizado e autoritário, sob o comando de Napoleão Bonaparte. A era napoleônica (1799-1815) atendeu a esse anseio da burguesia, consolidando internamente o Novo Regime e disseminando externamente as instituições criadas pela revolução” (Costa e Mello. P. 337).

A REVOLUÇÃO FRANCESA E O IMPÉRIO NAPOLEÔNICO

Na obra em que analisam a *Formação do mundo contemporâneo*,Falcon e Moura, adotam periodização criada por Ernesto Labrousse para o estudo da Revolução Francesa. É a seguinte:
1. A “era das constituições” (1789-1792);
2. A “era das antecipações” (1792-1794);
3. A “era das consolidações” (1794-1815).

“A era das constituições correspondeu, do ponto de vista institucional, à tentativa de estabelecimento de uma monarquia constitucional baseada no modelo inglês. De 1789 a 1791 processou-se a transformação das instituições do Antigo Regime, através do debate e das decisões tomadas pela Assembleia Nacional Constituinte”, conforme se estudou na aula que tratou da Revolução Francesa.

“A era das antecipações é assim denominada por corresponder a um período durante o qual a burguesia foi seriamente pressionada pelos setores populares urbanos, particularmente os parisienses, liderados pelos chamados *sans-culottes.* Para sermos mais precisos, podemos dizer que, na verdade, é alta burguesia que se vê subjugada pelos elementos da pequena burguesia, que atuam como porta-vozes dos setores populares interessados na radicalização a fim de imprimir-lhe um sentido sócio-econômico mais profundo, capaz de transformar em realidade, também no plano social, o princípio da igualdade incorporado à revolução. (...)

A era das consolidações inicia-se, na verdade, com a “reação termidoriana”, pois, muito embora a Convenção tenha sobrevivido até 1795, proclamando-se os seus membros autênticos defensores da Revolução, a verdade mais ou menos evidente é que, desde a queda de Robespierre, começou a alta burguesia a recuperar as suas posições e a tentar consolidá-las.

A época do Diretório traduz exatamente as vicissitudes dos projetos de consolidação política, social e financeira almejados pela burguesia. Buscou-se evitar a contrarrevolução, porém, ao mesmo tempo, reprimiu-se com violência toda e qualquer manifestação "jacobina" que pudesse representar o retorno às medidas revolucionárias de caráter radical.

Para executar esse jogo extremamente complicado, em meio à guerra que prosseguia e às dificuldades e à ação dos elementos contrarrevolucionários, a burguesia viu-se levada a apelar cada vez mais para o exército e os seus comandantes, processando-se, assim, a ascensão do general que soube melhor aproveitar-se de tais circunstâncias – Napoleão Bonaparte – o qual era, ao mesmo tempo, aquele que parecia mais atender aos objetivos de consolidação que a burguesia buscava.

O Diretório, de 1795 a 1799, pode ser considerado, como alguns já o denominaram, "uma República de cinco cabeças". Esta República, é óbvio, não conseguiu realizar as mudanças que se faziam necessárias para estabelecer em definitivo a sociedade oriunda da revolução. Quando muito, podemos assinalar a contribuição do Diretório para o saneamento das finanças e para a recuperação do crédito público.

Coube ao período napoleônico – Consulado e Império – empreender a grande obra de construção sistemática da sociedade francesa contemporânea em moldes eminentemente burgueses. Em troca de uma limitação ou quase eliminação das liberdades públicas, a burguesia obteve, sob Napoleão, a possibilidade de usufruir tranquilamente as vantagens de toda ordem obtidas desde 1789.

As reformas da era napoleônica completaram ou consolidaram assim, em todos os terrenos, a revolução burguesa anteriormente citada..." (Falcon e Moura, 1985, p. 56/59).

O SENTIDO DO 18 BRUMÁRIO

"Posto de lado o exército, a obra construtiva da Revolução permanecia inacabada; contestava-se mesmo, sobre mais de um ponto, a dos constituintes; a reação em curso após o 9 termidor não lhe imprimia ainda então o caráter que a burguesia então almejava. Por outro lado, a experiência liberal da Constituição do ano III havia tido mal resultado, e fora corrigida por expedientes ditatoriais, sem, entretanto, conferir ao regime a eficácia necessária. Enfim, a eleição ameaçava cada ano os diretoriais de se verem excluídos pelos contrarrevolucionários, pelos democratas. Organizando novo golpe de Estado, eles pensavam antes de tudo em substituir pela cooptação a eleição, a fim de assegurar para si a conservação do poder; os detratores dos "perpétuos" tiveram assunto para reprovar este novo subterfúgio. Na realidade, este grupo, por

demais estreito, não servia unicamente a seus próprios interesses: com o triunfo da contrarrevolução ou com o da democracia, a burguesia inteira sofreria. Também a jornada de 18 Brumário, ou mais exatamente a de 19, reveste-se, na perspectiva histórica, de certo brilho que lhe confere o evento ao poder de Bonaparte, um significado mais amplo e mais em harmonia com a evolução social da França.
O predomínio que as circunstâncias, transformando o golpe de Estado em ditadura militar, concederam a Bonaparte, beneficiou grandemente a burguesia. Ele não podia consolidar e organizar seu poder sem o concurso dos brumarianos; mas, para se elevar até o trono, era-lhe necessário subtrair-se ao seu controle; então, reconciliou-se com a igreja, anistiou os emigrados, tomou a seu serviço todos aqueles – aristocratas e burgueses, realistas e republicanos – que consentiram em colaborar. Controlou, assim, os diversos elementos da moderna classe dominante, com uma reconciliação temporária, que permitiu a esta classe, sob a tutela de seu protetor, organizar as instituições e codificar a legislação à sua maneira, instalar-se nas altas funções do Estado e de toda a administração, apressar o renascimento da economia, em resumo, consolidar sua supremacia e acabar assim a obra da Revolução, tal qual tinha sido representada, em 1789, a sua intenção.
Terminou a guerra civil, e mesmo realizou-se, por um momento, a paz europeia, dela dependendo a popularidade de Bonaparte, sem que a França sacrificasse suas conquistas e suas colônias.
Todavia, os brumarianos não fizeram ideia justa do temperamento imperioso de Bonaparte, e menos ainda do incoercível romantismo da sua imaginação. Esperavam que ele governasse de acordo com eles, mas não foram consultados; que a liberdade subsistisse, pelo menos para a burguesia, e ele a privou dela. Mas ficaram ainda mais decepcionados, ao vê-lo ultrapassar as "fronteiras naturais", retomar a guerra de conquistas, eternizá-la além de qualquer prudência, e levar a nação à catástrofe".(Lefebvre, 1966, p. 534/535).

O CONSULADO

"O golpe de 18 Brumário de 1799 foi dado sem derramamento de sangue. O Diretório, corrupto e incapaz, ruía pela sua própria fraqueza interna. Napoleão Bonaparte (1769-1821) depôs o Diretório e implantou o Consulado. A partir de então três cônsules passaram a deter o poder: Napoleão, Sieyès e Ducos. Sieyès e Ducos foram dois diretores que se aliaram a Napoleão.

Um mês depois do golpe, entrava em vigor uma nova Constituição. De acordo com ela, ficava estabelecido que Napoleão seria primeiro-cônsul, pelo prazo de dez anos, além de lhe serem conferidos poderes ditatoriais. Estabelecia-se, assim, uma ditadura consular cujo objetivo máximo seria a consolidação do regime. Isso ficou bem claro quando, logo depois do golpe, Napoleão convocou os banqueiros parisienses e requereu um empréstimo: “Há, por acaso, algum banqueiro ou negociante parisiense que, em vista de tantas belas esperanças, não se apressará a testemunhar sua absoluta confiança no governo?”, declarou um representante dos banqueiros.

Os camponeses, que haviam sido beneficiados pela reforma agrária, abrigavam a esperança de que Bonaparte defenderia a França contra o inimigo do exterior e contra os nobres emigrados, garantindo a posse de terras conquistadas durante a revolução.

A primeira tarefa que Napoleão se impôs foi a de eliminar o perigo externo. Para isso, avançou sobre a Segunda Coligação (Grã-Bretanha, Áustria e Rússia), utilizando até mesmo intrigas diplomáticas, que acabaram redundando na saída da Rússia da coligação. Em 1800, a Áustria foi derrotada na Batalha de Marengo e, finalmente, em 1802, britânicos e franceses decidiram-se por uma trégua, assinando a Paz de Amiens.

A neutralização da ameaça externa abriu espaço para um grande decréscimo no número de opositores. A crise financeira foi debelada pela fundação do Banco da França, que exerceria o controle da emissão de papel-moeda, reduzindo o processo inflacionário. O desenvolvimento econômico ganhou impulso com a criação da Sociedade Nacional de Fomento à Indústria. As relações com a Igreja, paralisadas após o desencadeamento da Revolução Francesa, foram solucionadas pela Concordata de 1801, que estabelecia a nomeação dos bispos pelo primeiro-cônsul e a transformação do clero em assalariado do governo consular.

Em 1804, o Código Civil Napoleônico viria a institucionalizar as transformações burguesas produzidas na França durante a revolução. O novo código assegurou a igualdade formal perante a lei, garantiu o direito de propriedade, proibiu as greves operárias e a organização sindical e ratificou a reforma agrária realizada pela revolução. Este último item consistiu em numeroso e importante apoio dos camponeses ao governo de Napoleão.

Estabelecida a consolidação interna de alguns ganhos obtidos com a revolução e defendendo-se com êxito dos inimigos externos, Napoleão assegurava o apoio do exército, dos burgueses e dos camponeses. Em 1804, promulgava-se uma nova Constituição, aprovada em plebiscito pela população francesa, que substituía o Consulado pelo Império. Em dezembro daquele ano, Napoleão fez-se coroar na catedral Notre-Dame, em Paris, sob o título de Napoleão I, imperador dos franceses.

Seria errôneo concluir que esse ato fez retornar o regime monárquico, pois a mudança de regime não alterou a base política do governo Napoleão (burguesia, exército e camponeses), tampouco desviou seu objetivo de

consolidação da nova ordem por meio de suas instituições. O que na realidade ocorreu foi a utilização de uma instituição aristocrática, o título de imperador, para prosseguir numa obra de cunho nitidamente burguês. (...)

Napoleão coroa a si mesmo como Imperador da França (*Grandes Personagens da História Universal*, vol. IV, 1972, p.871).

IMPERADOR PELA GRAÇA DE DEUS E DE SI PRÓPRIO

"Aquele que se preparava para o papel de novo César, necessitava também da consagração da Igreja. Convocado às pressas a Paris, o Santo Padre chega à Igreja Notre-Dame para a coroação.
Envergando um manto vermelho, todo bordado de ouro, Napoleão recebe solenemente do pontífice a unção e o cetro. Mas, no momento de receber a coroa, avança em direção ao altar, colocando-a sozinho sobre a cabeça. Era um verdadeiro desafio, a afirmação de que toda a autoridade vinha de si próprio. Voltando-se para a esposa Josefina, deposita em sua cabeça a coroa de imperatriz.
- Se nosso pai nos visse... – comenta com seu irmão José.
Muito ligado à família, o imperador quer fazê-la participar de sua glória. A mãe recebe o título de Rainha Mãe e, como imperatriz, dispõe de palácio particular, com damas de companhia e todos os luxos da corte. Entre seus vários irmãos distribui as coroas dos países conquistados: Luís torna-se rei da Holanda; José, rei da Espanha; Jerônimo, rei da Vestfália; e Eugênio de Beauharnais, filho do primeiro casamento de Josefina, vice-rei da Itália.

A proclamação do Império não altera a fachada constitucional, mantendo-se em funcionamento o Senado e o Conselho do Estado. Mas, na prática, apenas o imperador governa. Como fizera Luís XIV, mas em uma França socialmente diversa, Napoleão reúne em torno de si uma corte servil, criando nova aristocracia a partir dos quadros do exército e da administração. A etiqueta é rigorosa, as roupas bordadas e ricas voltam à moda. O imperador, para diferenciar-se, enverga imponente uniforme militar". (*Grandes Personagens da História Universal*, vol. IV, 1972, p. 869/870)

O IMPÉRIO

As várias coligações europeias foram sempre obra da articulação do governo austríaco, dominado pelos Habsburgos, e da diplomacia dos ingleses, para os quais o poder da burguesia já estava consolidado havia mais de um século.

O anseio dos ingleses por uma luta contra os franceses aumentava, pois o processo de industrialização da França já havia sido iniciado e o país configurava-se como concorrente comercial e industrial nos mercados europeus. Além disso, o exemplo francês poderia instigar na Grã-Bretanha o levante de camadas populares que, desde a Revolução Gloriosa, mantinham-se sujeitas ao controle burguês. Isso, de fato veio a ocorrer, tendo a Revolução Francesa contribuído, mesmo que de forma indireta, para a posterior formação de uma classe operária na Inglaterra. Para as monarquias absolutistas, partidárias do Antigo Regime, derrotar os franceses era, portanto, uma questão de sobrevivência.

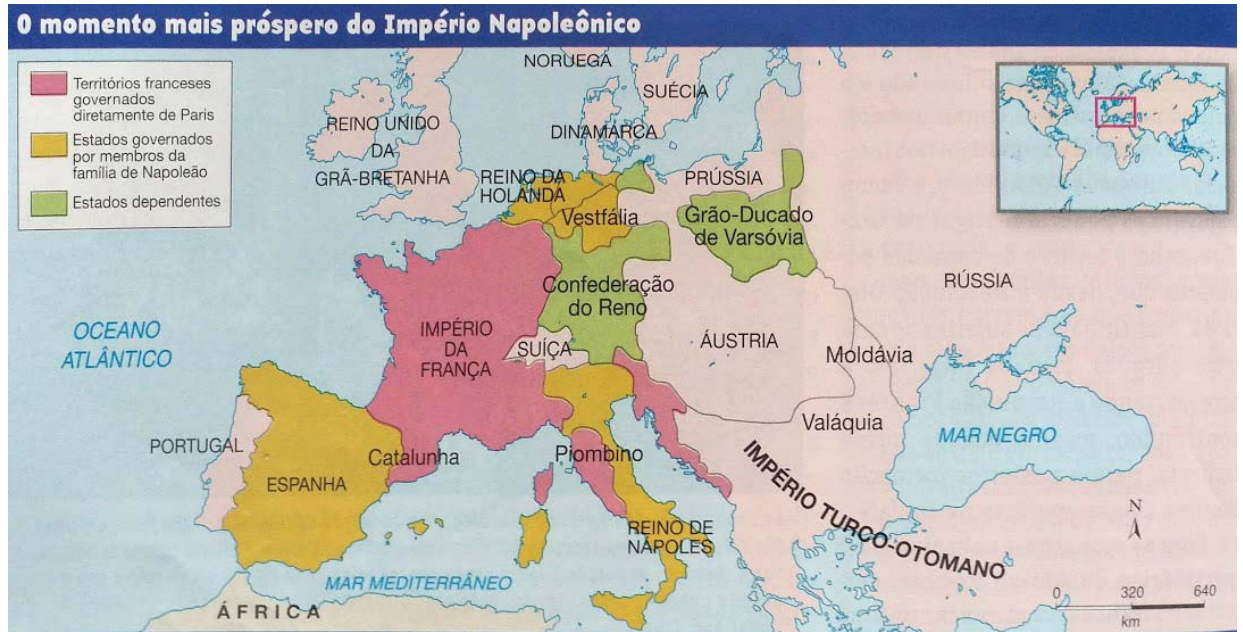
Por esses motivos, as coligações colocaram, lado a lado, os britânicos parlamentares e burgueses e os europeus absolutistas e aristocráticos, unidos contra o inimigo comum: a França revolucionária. Por sua vez, os franceses teriam de arrebatar os mercados consumidores europeus, até então sob controle britânico, e, ao mesmo tempo, consolidar sua situação interna, o que só seria possível com a expansão para os países absolutistas. Dessa maneira, a paz francesa seria facilitada com a disseminação das instituições burguesas pela Europa.

Em 1803, com o intuito de deter as crescentes ambições do governo francês, formou-se a Terceira Coligação antifrancesa (Grã-Bretanha, Rússia e Áustria), à qual se opôs o governo espanhol, que apoiou os franceses. Em outubro de 1805, a marinha franco-espanhola foi dizimada na Batalha de Trafalgar, na qual os ingleses foram comandados pelo almirante Nelson. Em terra, porém, era clara a superioridade francesa: nas Batalhas de Ulm e Austerlitz, os exércitos de Napoleão derrotaram as tropas austríacas e russas.

Em 1806, o imperador francês liderou o avanço ao que restava do Sacro Império Romano-Germânico e comandou a criação da Confederação do Reno, reunindo a maioria dos Estados germânicos e nomeando a si próprio "protetor". Formou-se, então, a Quarta Coligação (Grã-Bretanha, Rússia e Prússia). Os prussianos foram derrotados na Batalha de Iena, enquanto os russos caíram nas batalhas de Eylau e Friedland. Em 1807, os russos assinaram o Tratado de Tilsit, pelo qual se tornavam aliados dos franceses. Esse acordo previa, entre outros aspectos, que ambos considerariam inimigos países que não fechassem seus portos para os ingleses.

Derrotada a Quarta Coligação, Napoleão tornou-se o grande senhor da Europa continental. Os territórios que não eram diretamente dominados pelo imperador estavam entregues a aliados e familiares (...). Em cada local por onde seus exércitos passavam, a velha ordem era destruída e eram implantadas constituições, divulgado o Código Napoleônico e modernizadas as estruturas econômicas. As instituições burguesas substituíam as arcaicas estruturas absolutistas em todo o Velho Continente". (Costa e Mello, 2008. p. 338/340).

O IMPÉRIO NAPOLEÔNICO

"O mapa mostra a Europa em 1812, depois de Napoleão ter conquistado novos territórios para a França: Genebra, boa parte da Itália (inclusive os Estados Pontificiais), as Províncias Ilíricas, que antes pertenciam à milenar República de Veneza, e grande parte do litoral do mar do Norte, até a fronteiracom o reino da Dinamarca.
Além dessas conquistas, Napoleão cerca o Império de Estados-satélites, cujo governo confia a seus parentes. (...)
Com a criação do Grão-Ducado de Varsóvia, levada a cabo com o auxílio de patriotas poloneses, Napoleão restaura, em parte, a unidade da Polônia, que havia desaparecido após seu terceiro (e último) desmembramento em 1795. Foi criada a Confederação do Reno, de que participam Saxônia, Baviera, Vestfália e vários pequenos principados alemães. A Rússia, apoiada pela Grã-Bretanha, volta-se contra o bloqueio continental em 1810. Dois anos depois, Napoleão invade a Rússia, fracassando em seu intento de dominar o país, embora tivesse conseguido alcançar Moscou (...)." (Grandes Personagens da História Universal, vol. IV, 1972, p. 876).

(Costa e Mello, 2008, p. 340)

Após estabelecer o predomínio francês sobre a Europa continental, Napoleão precisava enfrentar o inimigo ainda imbatível: a Grã-Bretanha. Decidido a asfixiar a economia do país rival, decretou o Bloqueio Continental, proibindo os países europeus de comercializar com os britânicos.

O fracasso do bloqueio, somado ao fracasso militar na campanhada Rússia, abriu uma crise no Império Napoleônico, crise que marcou o período entre 1808 e 1815.

O GOVERNO DOS CEM DIAS

"Incentivada pela crise do Império Napoleônico, mais visível depois do fracasso da campanha da Rússia, formou-se a Sexta Coligação (Prússia, Áustria, Rússia e Grã-Bretanha). Em 1813, as tropas napoleônicas foram derrotadas na Batalha de Leipzig e, no ano seguinte, os exércitos inimigos tomaram Paris. O Império estava desfeito. Napoleão foi desterrado para a Ilha de Elba, próximo à Córsega, acompanhado de mil soldados.

Com a ajuda das baionetas aliadas, na França, retornava ao trono a dinastia dos Bourbon, na pessoa do rei Luís XVIII. A restauração monárquica favoreceu a volta à França dos emigrados (nobres e clero), que haviam fugido durante a revolução. O período que se seguiu caracterizou-se pela violência e arbitrariedade dos que retornavam e passou à história com a denominação de Terror Branco. Paralelamente às perseguições e massacres, os emigrados exigiam as terras confiscadas durante a revolução, o que causou descontentamento entre os camponeses, levando à explosão de revoltas.

Em Elba, Napoleão acompanhava, atentamente, a evolução dos acontecimentos e, em 1815, julgando propício o momento, fugiu da ilha

e avançou no continente à frente de sua guarda pessoal de mil homens. Ciente do que ocorria, Luís XVIII enviou um batalhão para aprisioná-lo e, próximo a Grenoble, às margens do rio Mure, deu-se o histórico encontro em que o ex-imperador retomou o comando do exército. Os soldados de Luís XVIII reconheceram a soberania de Napoleão, considerando-o seu verdadeiro líder.

Com o apoio dos soldados e engrossando suas fileiras pelo caminho, Napoleão avança em direção a Paris. As manchetes dos jornais da época informavam: "O monstro corso desembarcou na Baía de São João". "O canibal marcha sobre Grasse". Finalmente, um dia antes do irreversível avanço sobre Paris, as manchetes anunciavam: "Sua Alteza Imperial é esperada amanhã em sua fiel Paris".

Luís XVIII fugiu para a Bélgica e Napoleão reconquistou o poder, que manteria por mais cem dias. Organizou suas tropas e avançou contra os aliados que estabeleceram a Sétima Coligação, procurando enfrentá-los antes que invadissem a França". (Costa e Mello, 2008. p. 342).

Foi com esse objetivo que Napoleão, à frente do seu exército, invadiu o território onde hoje é a Bélgica, em 15 de julho de 1815. Ali, no entanto, tropas dos exércitos prussianos e ingleses, com a ajuda de soldados das atuais Bélgica e Holanda, e de pequenos territórios da atual Alemanha, aniquilaram o exército francês, o que levou Napoleão a abdicar do trono francês e ser exilado pelos ingleses na Ilha de Santa Helena.

Quadro reproduz cena da Batalha de Waterloo, na qual o exército de Napoleão foi definitivamente derrotado (Costa e Mello 2008, p. 343).

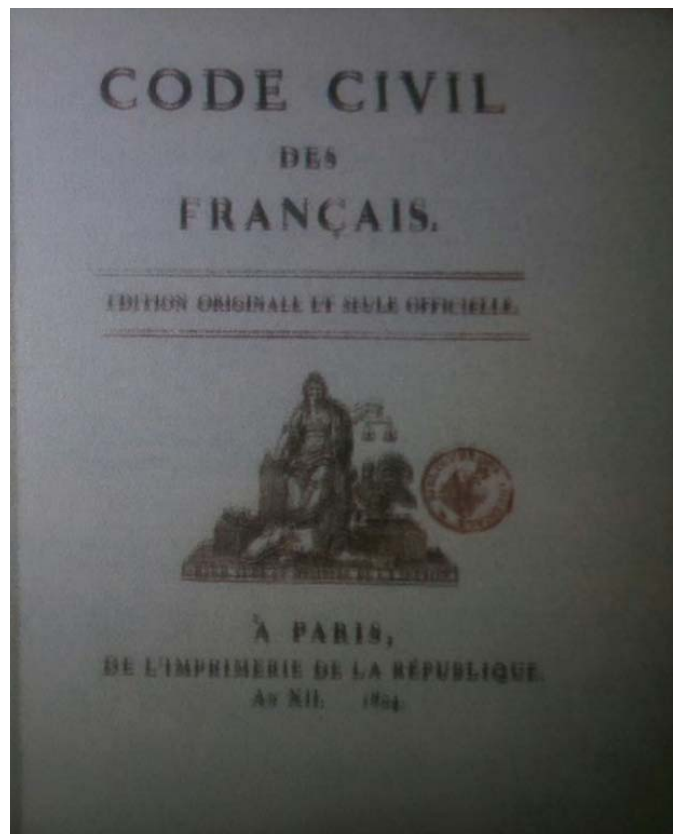
O BLOQUEIO CONTINENTAL

DECRETO DE BERLIM
21 / novembro / 1806
Napoleão, imperador dos Franceses, Rei da Itália, etc.
Considerando:
1º Que a Inglaterra não admite o direito das gentes universalmente seguido por todos os povos civilizados.
2º Que ela reputa inimigo todo indivíduo pertinente a um Estado inimigo e faz presos de guerra, não só os navios armados, como também as tripulações dos navios de comércio e mesmo os negociantes que viajam no interesse de seus negócios.
3º Que ela aplica aos navios e às mercadorias de comércio e às propriedades particulares o direito de conquista que só pode ser aplicado ao que pertence ao Estado inimigo.
4º Que ela aplica às cidades e portos de comércio não fortificados, às embocaduras de rios, o direito de bloqueio, que segundo a razão e o uso de todos os povos civilizados só se aplica às praças fortes; que ela declara bloqueadas praças diante das quais nenhum vaso de guerra ela possui...
5º Que semelhante monstruoso abuso do direito de bloqueio só tem por fim impedir comunicações entre povos e elevar o comércio e a indústria da Inglaterra sobre a ruína da indústria e do comércio do continente.
6º Que tal sendo o objetivo da Inglaterra, qualquer poder que, no continente, comercie com mercadorias inglesas favorece assim seus objetivos e se torna seu cúmplice. (...)
8º Que é de direito natural opor ao inimigo as armas de que faz uso, e de combatê-lo do mesmo modo que este combate, quando desconhece todas as ideias de justiça e todos os sentimentos liberais, resultado da civilização humana.
Em consequência, decretamos:
I – As Ilhas Britânicas são declaradas em estado de bloqueio.
II – Qualquer comércio e correspondência com as Ilhas Britânicas são proibidos.
III – Todo súdito inglês, qualquer que seja a sua condição, encontrado nos pontos ocupados por tropas nossas ou dos nossos aliados é presa de guerra.
IV – Todo depósito, toda mercadoria, toda propriedade pertencente a um súdito inglês é declarado de boa presa.

V – O comércio de mercadoria inglesa é proibido e toda mercadoria pertencendo a Inglaterra ou proveniente de suas fábricas ou de suas colônias é declarada boa presa. (...)
VII – Nenhum navio, vindo diretamente da Inglaterra ou de colônias inglesas ou lá tendo passado depois da publicação do presente decreto, será recebido em qualquer porto.
VIII – Todo navio que, por meio de falsa declaração, infringir este dispositivo será capturado; o navio e sua carga serão confiscados como se fosse propriedade inglesa.
X – Será comunicado o presente decreto por nosso ministro das Relações Exteriores aos reis da Espanha, de Nápoles, da Holanda e da Etrúria e bem assim a nossos aliados, cujos súditos são vítimas, como os nossos, de injustiças e da barbária da legislação inglesa...
Assinado: Napoleão
(Carvalho, 1976, p. 181/182)

CODE CIVIL
DES
FRANÇAIS.

ÉDITION ORIGINALE ET SEULE OFFICIELLE.

À PARIS,
DE L'IMPRIMERIE DE LA RÉPUBLIQUE.
An XII. 1804.

“Frontispício do Código Civil Napoleônico, século XIX”. (Costa e Mello, 2008, p. 339).

A ERA NAPOLEÔNICA, UM MISTO DE LUTAS SOCIAIS, ASPIRAÇÕES NACIONAIS E CONQUISTA DE MERCADOS

"A França emergiu da Revolução como o mais poderoso Estado europeu. E teria, de fato, dominado o continente, não fosse a Revolução Industrial na Inglaterra. O poderio industrial britânico e o dinheiro que dele derivou derrotaram os exércitos de Bonaparte.

As lutas do período napoleônico deram-se, pelo menos, em três níveis. Significaram em primeiro lugar a disputa de várias nações pelo predomínio político e militar. Para derrotar a França, a Inglaterra – monarquia constitucional, onde os comerciantes tinham importância e os industriais começavam a ganhar terreno – aliou-se a potências feudais, a Rússia e a Prússia, onde ainda existia servidão da gleba. Inglaterra e França tinham o mesmo objetivo: conquistar os mercados europeus. E os países onde ainda predominavam relações feudais temiam que Napoleão provocasse dentro das suas fronteiras a revolução social.

Em segundo lugar, as classes médias dos países europeus intervêm nessas guerras por outros motivos. Esperam usar o apoio da França para derrotar seus próprios nobres. Por toda a Europa, surgem partidos "franceses", que chegam a proclamar repúblicas na Alemanha e Itália (Reno e Nápoles).

Em terceiro lugar, sobretudo na Itália e Alemanha, as mesmas classes médias esperam apoio francês para obter a unidade nacional. Suas esperanças, entretanto, são frustradas, quando percebem que a França pretende subordiná-las a seus interesses.

A derrota de Napoleão (1815) marca o início do período em que a Inglaterra conseguirá transformar a Europa em mercado para seus produtos industriais. Entre 1815 e 1848, a nobreza consegue manter-se na Europa, embora a Restauração na França não seja uma simples volta ao passado. Para se defenderem mutuamente de seus povos e da modernização, os reis da Prússia, Áustria, Rússia, França e outros Estados concluem um acordo que ficou conhecido como Santa Aliança. Mas durante o tempo em que esse organismo controlou a Europa com mão-de-ferro, tanto os métodos da Revolução Industrial quanto as tradições da Revolução Francesa solapavam as bases da velha ordem, e os povos sem unidade nacional acordavam para os tempos modernos.

Em 1821 explodem revoluções liberais "carbonárias" na Espanha, Rússia e Itália. Em 1830 abre-se um novo ciclo de rebeliões europeias. Finalmente, em 1848, quase todo o continente se insurge contra os reis e a Santa Aliança.

Desta vez, porém, os exércitos russos, prussiano e austríaco não conseguem deter as revoltas. 1848 é o ano em que todos os problemas sociais, econômicos e nacionais de modernização europeia afloram politicamente". (*Grandes Personagens da História Universal*, 1972, p. 779)

CONCLUSÃO

"A Revolução terminou" logo dirá Bonaparte: assim assinava ele um termo à obra destrutiva. Mas a nova ordem, tal como a concebia a burguesia em 1789, estava longe da perfeição; além disso, a experiência democrática do ano II exigia sérios retoques. É uma das razões que fazem do período napoleônico o complemento da década revolucionária: de acordo com o chefe, os notáveis reorganizaram a administração e restabeleceram a hierarquia social, conforme suas conveniências. Todavia, o governo lhes escapou. Em 1814, a *Carta* lhes permitiu crer que se veriam associados a ele; mas a aristocracia se opôs. Nesse sentido, a Restauração representa o epílogo do drama: a Revolução de 1789 não terminou, verdadeiramente, senão em 1830, quando, tendo levado ao trono um príncipe que aceitava seus princípios, os notáveis tomaram posse da França.

Antes, Napoleão havia levado o Grande Exército à conquista da Europa. Se nada sobrou do império continental que ele sonhou fundar, todavia ele aniquilou o Antigo Regime, por toda parte onde encontrou tempo para fazê-lo; por isso também, seu reinado prolongou a Revolução, e ele foi soldado desta, como seus inimigos jamais deixaram de proclamar.

Após ele, o prestígio dos princípios de 1789 não se desvaneceu. A evolução social, o despertar das nacionalidades, o atrativo ideológico não o sustentaram sozinhos; uma emoção romântica de grande força ligou-se, fora, como em França, à recordação da insurreição popular e das guerras pela liberdade, realçada pela própria lenda napoleônica. Todavia, se a ordem burguesa caminhou, pouco a pouco, através do mundo, não foi apenas devido à Revolução Francesa, ela havia sido precedida pelas revoluções dos anglo-saxões, que continuaram a exercer sua influência, graças ao aspecto tranquilizador, que seus compromissos conservadores apresentavam aos possuidores. Por outro lado, o capitalismo, estendendo gradualmente seu império, impôs, na medida correspondente aos interesses de seus representantes, o regime considerado como o quadro mais favorável à produção.

Episódio de ascensão geral da burguesia, a Revolução Francesa permanece, entretanto, entre todas as outras, como a mais retumbante, não apenas devido a suas peripécias trágicas, mas também porque comportava, para as gerações futuras, o germe de novo conflito, como os acontecimentos de 1793 permitiam prever. Opondo à nobreza a igualdade de direitos, e abrindo, simultaneamente, pela liberdade econômica, a carreira ao capitalismo, a própria burguesia francesa havia preparado um movimento de ideias e uma transformação social, cuja contradição terminou por caracterizar nova época, na marcha dialética da história. Ao lado da interpretação burguesa da igualdade de direitos, a Revolução havia visto nascer mais duas outras – a democracia social e o capitalismo – que se julgava, na época do 18 Brumário, desaparecidos para sempre, mas que,

reaparecidos no século XIX, não cessaram de servir de argumentos àqueles que a detestam e àqueles que a admiram: para uns e outros, ela é a Revolução da Igualdade e, a este título, se o passar do tempo a relega, pouco a pouco, para o passado, seu nome não está prestes a desaparecer dos lábios dos homens" (Lefebvre, 1966, p. 573/574).

RESUMO

Responsáveis pela criação do primeiro grande exército nacional, os jacobinos foram derrubados do poder pelo golpe de Termidor, enquanto a burocracia militar ganhava prestígio. Napoleão Bonaparte emerge do interior dessa grande burocracia. "O golpe de 18 Brumário (9 de novembro de 1799) suprime o Diretório e estabelece o Consulado, formado por três cônsules, um dos quais é Bonaparte. A seguir, ele se tornaria primeiro cônsul por 10 anos, cônsul perpétuo, e afinal se faz coroar imperador em 1804".(*Grandes Personagens da História*, 1972, p. 776).

Responsável por uma centralização administrativa sem precedentes, Napoleão revelou-se no poder um fiel defensor dos interesses da burguesia no plano econômico e social. "Socialmente absorvidas, conquistas de 1789 – liberdade, igualdade, laicidade – asseguram a Napoleão o apoio da burguesia. Faltava o do clero, fundamental para garantir um governo estável. As considerações de ordem religiosa submetem-se, para Napoleão, a razões de ordem social e de interesse do Estado. Ele busca o diálogo com a Igreja Católica e firma com o papa a *Concordata de 1801*. (...)

Bonaparte obtinha o direito de nomear pessoalmente os bispos e arcebispos, os quais, por sua vez, designavam os padres. Procurava assegurar desse modo a docilidade do clero, transformando-o num simples corpo de funcionários. Garantida a paz interna, Napoleão se dedica mais intensamente aos problemas europeus". (*Grandes Personagens da História Universal*, 1972, p. 868).

ATIVIDADES

1. Indique medidas do governo napoleônico que ajudaram a consolidar na França o domínio da burguesia.
2. Destaque os principais aspectos da política externa de Napoleão.
3. Explique o tipo de relação que se estabeleceu entre a França e a Inglaterra na era napoleônica.

PRÓXIMA AULA

A Revolução de 1848 na França é o tema a ser abordado na próxima aula.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de A, e PILETTI, Nelson. **Toda a História.** História Geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 1999.

CARVALHO. Delgado de. **História documental:** moderna e contemporânea. Rio de Janeiro: Record,1976

COSTA, Luís César Amad e MELLO, Leonel Itaussu A. **História Geral e do Brasil:** da pré-história ao séculoXXI. São Paulo: Scipione, 2008.

FALCON, Francisco e MOURA, Gerson. **A formação do mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Campus, 1985. (Contribuições em Ciências Sociais; 9)

FURET, François e OZOUF, Mona. **Dicionário crítico da Revolução Francesa.** Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

Grandes Personagens da História Universal. Vol. IV. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

HOBSBAWN, Eric. **A Era das Revoluções:** 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes e MarcosPenchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LEFEBVRE, Georges. **A Revolução Francesa**. Tradução de Ely Bloem de Melo Pati. São Paulo: IBRASA, 1966.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Textos e documentos para o estudo da história contemporânea:** 1789-1963. São Paulo: HUCITEC, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.